

Industrialização E Emprego Formal: Notas Para O Nordeste, Bahia E Ceará – 1998/2008¹

Industrialization and Formal Employment: Notes for the Northeast of Brazil, Bahia State and Ceara State - from 1998 to 2008

*Luís Abel da Silva Filho²
Silvana Nunes de Queiroz³*

Resumo: As transformações macroeconômicas do final do século XX promoveram configurações significativamente elevadas na dinâmica produtiva e no mundo do trabalho. Nesse âmbito, este artigo objetiva analisar a dinâmica econômica e o emprego formal na indústria comparando o Nordeste e os estados do Ceará e da Bahia - 1990-2008. Metodologicamente utiliza-se uma revisão de literatura acerca da dinâmica do mercado de trabalho industrial, além de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambos do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). A dinâmica industrial se assemelha tanto em âmbito regional como estadual. O estado da Bahia se configura com estrutura produtiva um tanto diferenciada da sua região e acentuadamente diferente da cearense. Em 2008, observou-se maior aproximação entre as unidades pesquisadas. Notificou-se maior concentração de empregos em setores tradicionais da indústria, com mais de 70,0% dos trabalhadores do sexo masculino no Nordeste e na Bahia, seguido da alta rotatividade da mão-de-obra, tanto regional quanto nos dois estados comparados. Registrou-se elevado percentuais de trabalhadores auferindo rendimentos em até 2 Salários Mínimos (SM), com maior percentual registrado no Ceará (86,2%). Ao longo dos anos, também foi constatado melhorias no nível de escolaridade da mão-de-obra industrial, e, contrariamente ao esperado, redução na média salarial auferida pelos trabalhadores.

Palavras-chave: Dinâmica Industrial; Emprego Formal; Nordeste; Ceará; Bahia.

Abstract: The macroeconomical transformations of the late 20th century promoted configurations significantly elevated in the productive dynamics and in the job market. Taking this into account, this article aims to analyse the economical dynamics and the formal employment in the industry by comparing the Northeast and the States of Ceará and Bahia – 1990-2008. Methodologically it's used a literature review about the dynamics of the industrial job market, in addition to data from the Social Information Annual Report (RAIS) and from the General Database of Employees and Unemployed (CAGED), both from the Ministry of Work and Employment (MTE). The industrial dynamics is similar both in the regional as well as in the state scope. The State of Bahia exhibits a productive structure somewhat differentiated from its region and strikingly different from the one of Ceará. In 2008, it was observed a bigger approximation between the researched units. It was observed greater concentration of job posts in traditional sectors of the industry, with more than 70% of the workers of the male sex in the Northeast and in Bahia, followed by the high workforce turnover, both regional as well as in the two states under comparison. It was also observed high percentage of workers earning up to 2 Minimum Wages (SM), with higher percentage registered in Ceará (86.2%). Throughout the years, it was also observed improvements in the schooling level of the industrial workforce, and paradoxically, reduction in the salary average earned by the workers.

Key-words: Industrial dynamics; formal employment; Northeast; Ceará; Bahia.

¹ Artigo recebido em novembro de 2011 e aprovado em fevereiro de 2012.

Artigo apresentado no VII Encontro Nacional Sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realização de 10 a 12 de Outubro de 2011, Curitiba/PR.

² Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; bolsista CAPES; Pesquisador do Observatório das Metrôpoles, núcleo da UFRN. E-mail: abeleconomia@hotmail.com

³ Graduada em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Mestra em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB Doutoranda em Demografia pelo NEPO/UNICAMP Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri –URCA e Bolsista FUNCAP E-mail: silvanaqueirozce@yahoo.com.br

Introdução

Durante muitos anos, a região Nordeste foi historicamente reconhecida pelo baixo dinamismo econômico, pelas elevadas taxas de pobreza e pela forte concentração de poder em grupos oligárquicos. Esses atributos contribuíram para que o Nordeste brasileiro se configurasse, no cenário econômico nacional, como região fortemente dependente de políticas desenvolvimentistas. Com a crise da economia açucareira, essa região aprofundou-se na estagnação econômica e, no que concernem as relações comerciais, em dependência acentuada das demais regiões do país, principalmente do Sudeste.

Desde a perda da dinâmica da economia açucareira e das atividades agroexportadoras, o Nordeste mergulhou num atraso profundo, distanciando-se das demais regiões brasileiras, acentuadamente do eixo Sul/Sudeste. Nesse período, essa região atingiu o ápice de crise em sua estrutura produtiva passando a fazer parte das estatísticas de maior contingente populacional vivendo abaixo da linha de pobreza em todo o hemisfério Sul (ALMEIDA e ARAÚJO, 2004). Esse processo de atrofiamento da economia nordestina ocorreu a partir dos anos de 1930 e se intensificou no pós Segunda Guerra, a partir da industrialização concentrada nos pólos mais dinâmicos do país.

A ampliação das relações comerciais entre o Sudeste e as demais regiões provocou redução acentuada do desenvolvimento econômico da periferia do país, dado pelo forte poder de mercado atribuído a essa região. A redução das barreiras alfandegárias existentes entre as regiões brasileiras e aumento do investimento público em infra-estrutura proporcionaram melhores condições para o eixo Sul/Sudeste. A construção de hidrelétricas e empresas estatais de grande porte, a exemplo da Petrobrás, no Sudeste, seguido ainda da ampliação do sistema de transportes, com intuito de facilitar o escoamento da produção paulista, provocou redução acentuada do parque industrial nordestino, já sucateado.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, (SUDENE), a partir de 1959, procurou reproduzir nessa região uma trajetória de desenvolvimento sustentável, através da industrialização. Interpretava essa instituição que a industrialização nordestina seria chave base para o desenvolvimento. Contudo, os trabalhos desenvolvidos pela SUDENE não foram capazes de promover o crescimento sustentável das atividades econômicas, e com o início dos governos militares, novas configurações ocorreram nas políticas de desenvolvimento regional do país⁴.

Somando-se aos efeitos da ausência de políticas de desenvolvimento nos governos militares, os anos de 1980 também assistem à desestruturação do Modelo de Substituição de Importações, adicionados ao aumento da dívida externa dos países e, sobretudo, da dívida interna, ocasionada pelo endividamento do setor público. Tais configurações acarretaram a redução do investimento produtivo e, conseqüentemente, redução acentuada de postos de trabalho aberto na economia brasileira.

A propagação da ideologia neoliberal a partir dos anos de 1990, em um contexto de baixo crescimento econômico brasileiro, contribuiu com a redução da participação do estado no domínio econômico e novas configurações proclamaram os rumos da industrialização do país. Nesse cenário, de “livre” mobilidade de capitais financeiro e produtivos, as unidades subnacionais entram em processo de “salve-se

⁴ Ver, por exemplo, Cano (2008).

quem puder” e passam a utilizar atitudes predatórias no processo de atração de indústrias, traduzidas na “guerra fiscal”.

A ausência de uma política de desenvolvimento regional mergulhou todo o país em uma acirrada guerra fiscal por atração de investimentos produtivos que acabou por desestruturar ainda mais as políticas de desenvolvimento para todo o território e provocou, concomitante a isso, a estruturação de um cenário nacional, onde as unidades da federação endividadas passaram reduzir investimentos no setor público, comprometendo o investimento em setores básicos da atuação do estado⁵. Além disso, as políticas de industrialização por incentivos fiscais não têm sido eficientes para promover o desenvolvimento regional, e tampouco para promover o desenvolvimento local de forma equilibrada.

Contudo, a (re) localização de plantas indústrias ficaram evidentes no espaço nacional a partir da sua implementação. A industrialização ocorreu em setores, em sua maioria, tradicionais, cujos parques industriais não mantinham padrão de produção compatível com o desenvolvido em outras economias. Isso se deu basicamente em setores intensivos em mão-de-obra, que foram obrigados a concorrer via redução de custos. Nesse caso, o Nordeste do Brasil apresentou-se como espaço ideal para reprodução do capital desses setores, uma vez que, além de mão-de-obra barata e disciplinada, a região também oferecia incentivos fiscais para as indústrias que escolhessem aqui se instalar.

Entre os estados do Nordeste, o Ceará e a Bahia se destacam na atração de indústrias via incentivos fiscais. O primeiro, com as políticas de atração implementadas pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI⁶, vem ganhando espaço na ocupação industrial nordestina desde 1979, principalmente nos setores calçadista e têxtil (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010). O segundo, por sua vez, tem incentivado a industrialização através de incentivos fiscais nos moldes das estratégias neoliberais implementadas, sobretudo, nos anos de 1990 (BARBOSA, 2009). Discute-se, entretanto, o tipo de emprego criado no Ceará e na Bahia a partir dessas políticas de industrialização, bem como a partir do processo de reestruturação produtiva, dos anos de 1990.

Nesse contexto, este artigo pretende fazer uma análise da industrialização recente (1990-2008) da região Nordeste, comparativamente aos estados do Ceará e da Bahia, por serem estes os estados de maior dinamismo no setor industrial da região. Assim, procura-se analisar tanto a dinâmica industrial quanto o emprego formal nesse setor, a partir dos impactos da reestruturação produtiva e da industrialização regional a partir das políticas neoliberais.

Sugere-se que tanto a região quanto as duas unidades têm apresentado certo crescimento na ocupação industrial ao longo desses anos. Contudo, houve precarização no emprego formal industrial em toda a área que abrange esta investigação. Metodologicamente, utilizou-se uma revisão de literatura para caracterizar o tema do estudo e em seguida foram tabulados dados do CAGED e da RAIS, ambas bases de dados do Ministério do Trabalho e do Emprego, além de dados secundários do IPEA/DATA.

O presente estudo justifica-se no sentido de serem esses os dois estados nordestinos que mais atuam predatoriamente no processo de atração de atividade produtivas a partir das políticas de incentivos fiscais e da propagação do

⁵ A redução de arrecadação de impostos, por sua vez, traduz-se na redução do investimento em áreas de atuação do estado, dentre essas, saúde, educação e saneamento (CASSIOLATO e BRITTO, 2001).

⁶ Sobre os FDIS, ver Silva Filho e Queiroz, 2010; Pontes, Viana e Holanda, 2006.

neoliberalismo econômico. Nesse caso, pretende-se contribuir com a construção de um retrato do que ocorreu no mercado de trabalho a partir da desestruturação das políticas desenvolvimentistas e da abertura dos mercados, além das novas regras estabelecidas e aceitas pelo Brasil a partir do consenso de Washington.

Para atingir o seu objetivo, esta pesquisa está estruturada da forma que segue: essa introdução; na segunda seção, apresentar-se-á a discussão em torno do Nordeste a das políticas de desenvolvimento regional implementadas, procurando enfatizar sua trajetória ao longo dos anos; na terceira seção, discutir-se-á o crescimento econômico da região e dos estados selecionados; na quarta seção, o perfil da indústria e do trabalhador; e, por último, fazem-se algumas considerações finais.

2. O Nordeste e as políticas de desenvolvimento regional

Na interpretação de Barros e Galvão (2002) as contribuições dadas pela SUDENE ao processo de industrialização do Nordeste são inegáveis. A partir da construção do relatório da equipe do Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), foram constatados os gargalos que “impediam” o desenvolvimento econômico da região. Nesse caso, a sugestão foi industrializar a região como forma de reduzir as disparidades regionais e dinamizar a base econômica com a diversificação industrial. Com esses pressupostos, o GTDN sugeriu a instalação de uma indústria siderúrgica que pudesse promover a ampliação do parque industrial do Nordeste.

As contribuições do GTDN foram além da revelação da necessidade de industrialização do Nordeste. Elas revelaram a região como potencialmente capaz de impulsionar o crescimento econômico. No entanto, a ausência de políticas de desenvolvimento regional, voltadas à reestruturação das bases econômicas locais, foram responsáveis pelo atraso relativo durante os anos que se seguiram a crise da dinâmica açucareira. Contudo, cabe observar que, anos depois do relatório, foram observadas apenas pequenas transformações no cenário econômico regional.

A partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), estratégias de desenvolvimento regional foram elencadas formalmente para o Nordeste (LAGO, 1990; SOUZA, 1997; ARAÚJO, 2000). Nesse programa elaboraram-se diretrizes compatíveis com a realidade econômica da região. No entanto, foi com a elaboração do II PND, que, de fato, ocorreram modificações significativas nas políticas de desenvolvimento do Nordeste. Esse novo programa, elaborado no governo Geisel, tinha como meta a construção de um elo entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento brasileiro (ARRAES, QUEIROZ e ALVES, 2008) reduzindo as disparidades do país a partir de políticas de desenvolvimento, sobretudo com o apoio do estado (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2009).

Acrescente-se, no entanto, que desestruturações macroeconômicas nos países de capitalismo avançado acabaram por produzir um forte impacto nas diretrizes dos programas acima citados. A primeira (1973) e a segunda (1979) crises do petróleo provocaram desequilíbrio na trajetória de crescimento da economia mundial que se repercutiu por toda a década de 1980 na economia brasileira. Acrescente-se, ainda, a decadência do Modelo de Substituição de Importações, ocasionado pelo endividamento externo do país, concomitantemente ao endividamento interno, ocasionado pela dívida do setor público (LOPREATO, 2000). Isso ocasionou a redução do investimento interno e contribuiu diretamente com a crise dos anos de 1980.

Com a propagação das ideias neoliberais, a partir do final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, e a expansão da ideologia de globalização, o Brasil vivenciou um novo modelo de industrialização pautado em novos pressupostos, nos quais a força exercida pelo estado tornou-se predominante no que concerne à industrialização. A partir da constituição de 1988, as unidades sub-nacionais auferiram mais autonomia, no que diz respeito à desconcentração fiscal, e, a partir daí, os tributos absorvidos pelas unidades federativas, notadamente o ICMS, passam a ser o principal instrumento utilizado no processo de industrialização forçada (CASSIOLATO e BRITTO, 2001).

As unidades produtivas que, através da inovação tecnológica – traduzida, sobretudo, no processo de reestruturação produtiva –, buscaram permanecer no mercado encontraram dificuldades significativamente elevadas. A abertura econômica dos anos de 1990 provocou sérias modificações no processo de gestão e produção da indústria nacional. Nesse contexto, observou-se a introdução de maiores componentes importados e maior tendência à desnacionalização de produção industrial do Nordeste, a qual se tornou somente uma ramificação do que ocorria na produção industrial brasileira a partir desse período.

A dinâmica de crescimento da região Nordeste ocorreu de forma concentrada em alguns pólos de crescimento que apresentaram maiores tendências à absorção de capitais produtivos (ARAÚJO, 2000). Foi notável o maior dinamismo econômico das cidades de porte médio e nas três capitais – Salvador, Recife e Fortaleza – onde o crescimento da ocupação industrial ficou concentrado nas áreas metropolitanas. Essa expansão não ocorreu de forma significativa em sub-regiões e nem no interior dos próprios estados, fragilizando, dessa forma, o conceito de desenvolvimento integrado de todo o Nordeste do Brasil. Para Menezes e Carvalho (1999), o crescimento concentrado da ocupação industrial no Nordeste, acabou por não compensar o atraso relativo das microrregiões e de alguns estados.

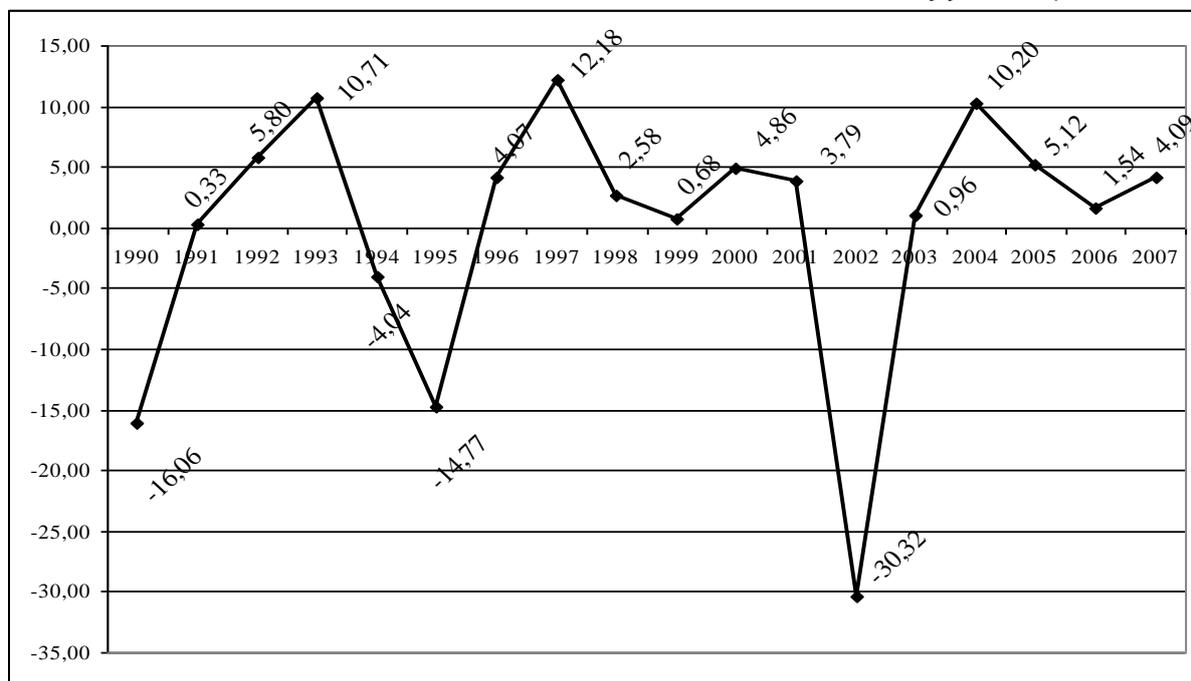
De acordo com a interpretação de Diniz e Basques (2004), a guerra fiscal tem se tornado um grande aliado para o processo de industrialização do Nordeste como um todo, e especificamente dos estados da Bahia e do Ceará. Nesses estados, tem-se observado elevação no número de atividades produtivas ao longo dos anos. Contudo, cabe indagar: a industrialização via incentivos fiscais tem promovido o crescimento econômico sustentável do produto industrial nos estados do Nordeste? Que tipos de empregos foram criados nesse processo de industrialização? São essas as perguntas que se procura responder ao longo deste trabalho.

3. Crescimento econômico e geração de empregos nos anos de 1990-2008

O processo de abertura econômica dos anos de 1990 causou acentuado impacto na produção nacional (CARDOSO, 2007). A reestruturação produtiva implementada na indústria nacional, após a abertura econômica, impactou fortemente alguns setores produtivos. Algumas atividades trabalho/intensivas migraram para o Nordeste, através das políticas de incentivos fiscais e mão-de-obra barata fomentada por esta região. No que concerne à produção, o ano de 1990 apresentou taxa de crescimento no PIB industrial negativa (-16,06%). Destaque-se

que, em 1991, já houve taxa de crescimento positiva no PIB Industrial, no entanto, voltando a apresentar crescimento negativo já no ano de 1994. (ver gráfico – 1)⁷.

Gráfico 1 - Taxa de Crescimento do PIB Industrial no Nordeste - 1990-2007



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No período pós-Real, somente no ano de 2002, a taxa de crescimento do PIB industrial do Nordeste foi negativa. Observam-se ainda menores oscilações na taxa de crescimento. Contudo, crescimento muito modesto.

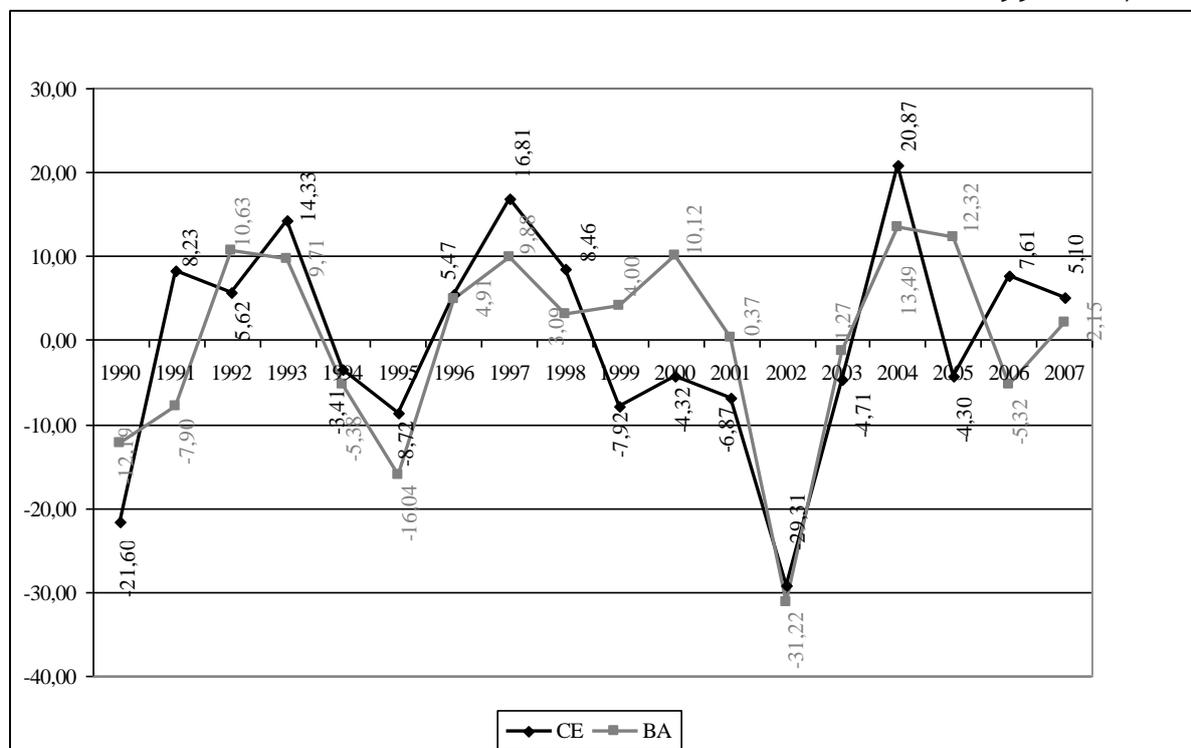
Esse processo de oscilação na taxa de crescimento da produção industrial brasileira se configurou em todos os setores de atividades que tiveram que enfrentar a concorrência com produtos estrangeiros que inundaram o mercado nacional. Com a reestruturação produtiva, atividades intensivas em mão-de-obra buscaram o Nordeste para ganhar competitividade no mercado doméstico e internacional. Os incentivos fiscais e mão-de-obra barata, além da ausência de sindicatos, que, quando existentes, eram bem menos combativos que os do Sudeste/Sul, foram determinantes base para a atração de atividades produtivas para essa região. Contudo, cabe acrescentar que nos 19 anos aqui captados, a média de crescimento anual do PIB industrial foi de somente 0,1%. As transferências de unidades produtivas não foram suficientes para garantir o crescimento da produção industrial do Nordeste nos últimos anos.

No gráfico 2 é possível observar que tanto o Ceará quanto a Bahia reproduziram a dinâmica observada para toda a região (ver gráfico 1). O estado do Ceará, nos anos de 1990, apresentou taxa de crescimento negativa durante quatro anos, sendo a menor registrada em 1995 (-16,04%), primeiro ano pós-Real. Esse fato se deu, sobretudo, pela enxurrada de produtos estrangeiro, notadamente dos setores de maior competição da produção dessa unidade (Têxtil e calçadista), que teve a balança comercial deficitária, durante alguns anos, notadamente ocasionado pela entrada da produção asiática (KON e COAN 2004; SILVA FILHO e PAIVA, 2008).

⁷ O Cálculo foi feito a partir do PIB valor adicionado a preços básicos, em R\$ de 2000.

O estado da Bahia, por sua vez, apresentou dinâmica semelhante e, em quatro anos da década de 1990, também apresentou taxa de crescimento negativa. A partir do ano 2000, a trajetória de crescimento do PIB, tanto do Ceará quanto da Bahia, difere um pouco do observado no contexto regional. Porém, apresenta semelhança na maioria dos anos.

Gráfico 2 - Taxa de Crescimento do PIB Industrial no Ceará e Bahia - 1990-2007



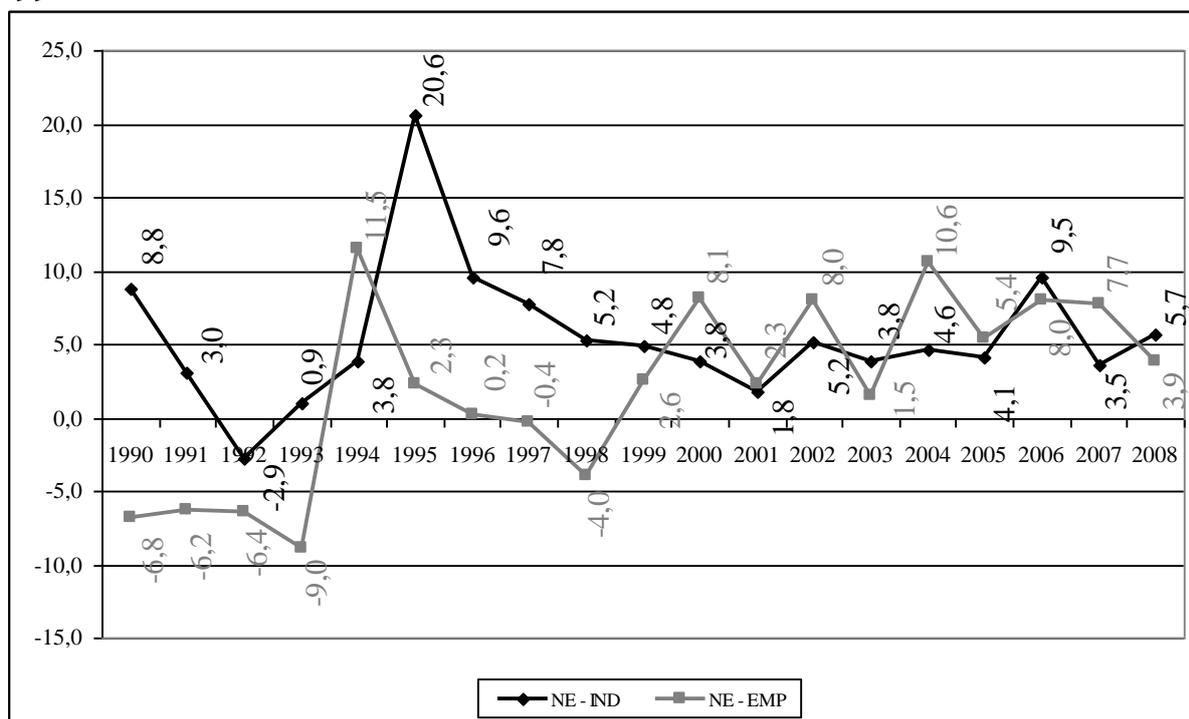
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Destaque-se que, no ano de 2002, foi registrada a maior taxa negativa de crescimento tanto para o Ceará (29,31%) quanto para a Bahia (31,22). Em 2003, embora com a recuperação da produção industrial nos dois estados, estes ainda apresentaram taxas de crescimento negativas. Nesse caso, ao longo desse estudo percebeu-se que o PIB industrial cresceu a uma taxa de somente 0,1% ao ano, em ambos os estados, reproduzindo fielmente a mesma taxa de crescimento observada para sua região.

Na região Nordeste, a taxa de crescimento no número de atividades produtivas permaneceu positiva desde o ano de 1993. No ano de 1995, a região apresentou a maior taxa de crescimento na ocupação industrial, dado, sobretudo, pela (re) localização espacial, anteriormente citada, da indústria de transformação. Cabe acrescentar que foram atividades dos setores tradicionais como o têxtil, calçadista, dentre outros, que migraram do Sul e do Sudeste para o Nordeste do Brasil. Nesse sentido, captou-se média de crescimento de 5,5% ao ano.

No mercado de trabalho, os quatro primeiros anos da década de 1990 apresentaram taxas de crescimento negativas. Isso pode ser consequência da introdução dos novos modelos de produção com menor demanda por mão-de-obra e mais investimentos em tecnologia, como também podem ser consequência da crise dos anos de 1980, na indústria do Nordeste.

Gráfico 3 - Taxa de Crescimento da Indústria e do Emprego Formal no Nordeste - 1990-2008

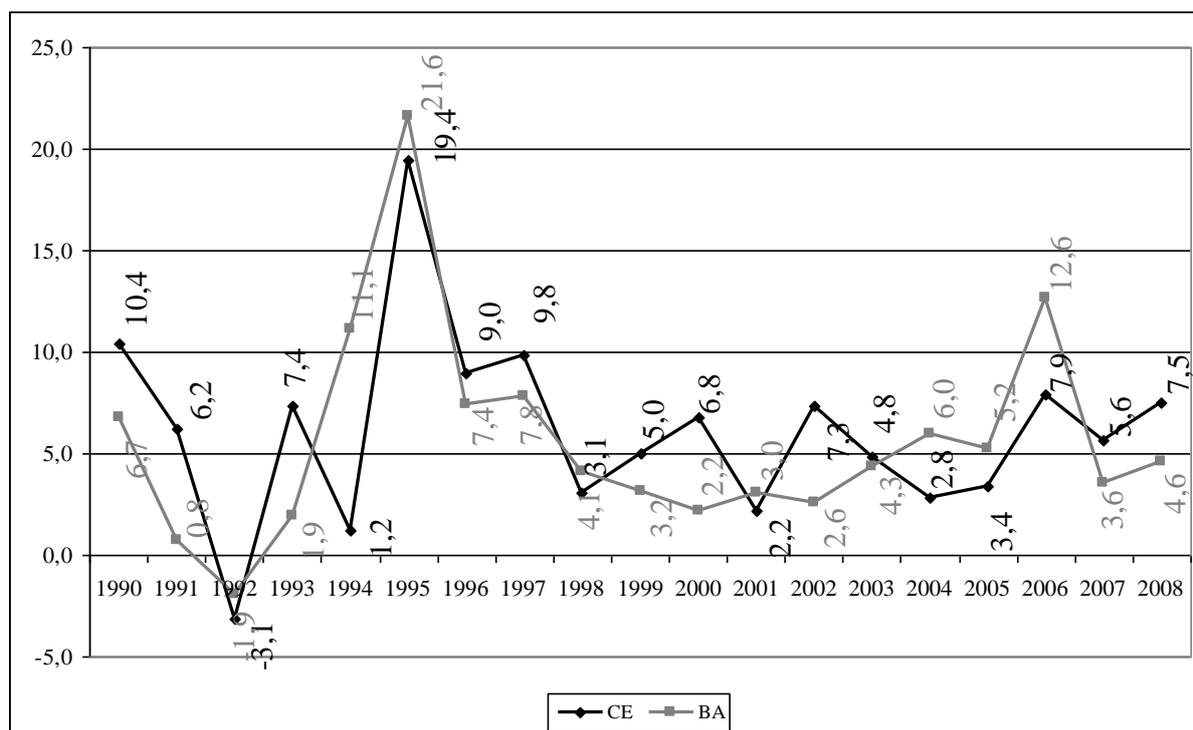


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Destaque-se, ainda, que, no ano de 1998, a taxa de crescimento no número de empregos formais na indústria do Nordeste mostrou-se negativa, não voltando mais a se repetir nos anos posteriores. Esse contexto possibilitou uma média de crescimento de somente 2,1% anual ao longo destes 19 anos, significativamente inferior ao observado para a ocupação industrial (5,5%). Em trabalho realizado por Santos e Garcia (2009), foram constatadas taxas significativamente elevadas na ocupação industrial têxtil norte-rio-grandense (327,88%), seguidas do crescimento significativamente reduzido nos postos de trabalho do setor (54,44%), o que os autores atribuem às modificações da estrutura produtiva ao passar de trabalho/intensivo para capital/intensivo com a reestruturação do parque têxtil integrado do estado.

Observando-se os estados cearense e baiano, constata-se dinâmica semelhante à observada em âmbito regional pelo fato de estas serem as duas maiores economias do Nordeste, e que reproduzem diretamente seus efeitos no contexto regional. Destarte, tanto no Ceará quanto na Bahia, somente no ano de 1992, foi constatada taxa de crescimento negativa no que concerne à ocupação industrial destas unidades.

Gráfico 4 - Taxa de Crescimento da Ocupação Industrial no Ceará e na Bahia - 1990-2008



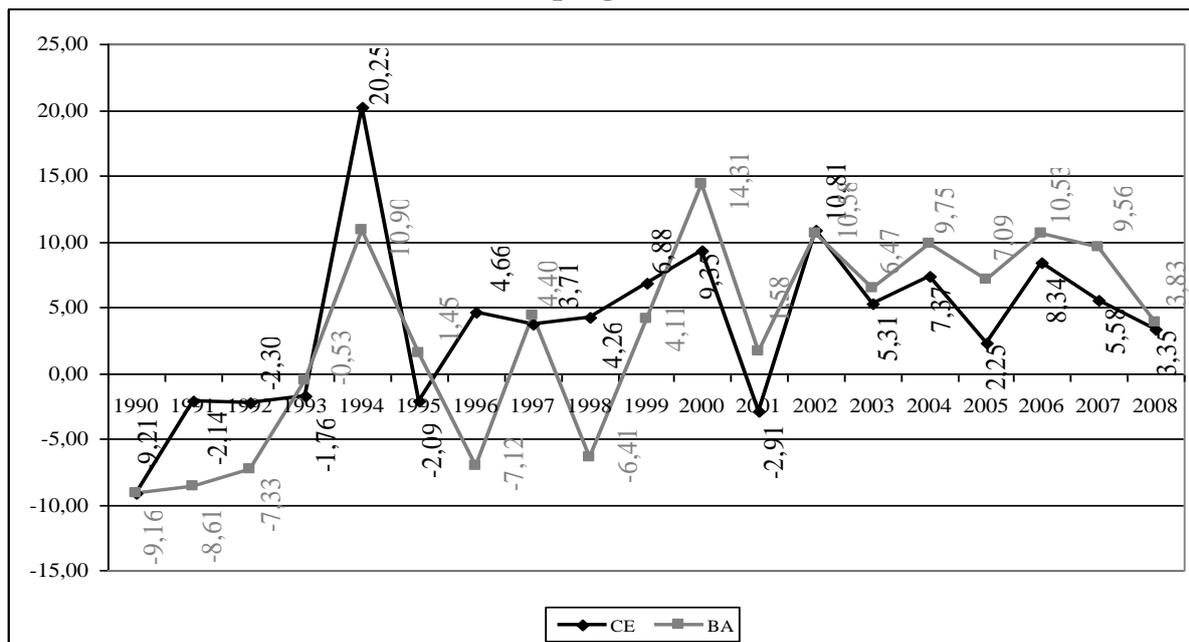
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

A dinâmica do decréscimo da ocupação industrial é semelhante na maioria dos anos comparando-se o Ceará com a Bahia. Contudo, observa-se que os dados divergem em alguns momentos. As políticas de incentivos fiscais implementadas por esses dois estados têm garantido a elevação na ocupação industrial dessas unidades superior à observada para os demais estados do Nordeste. Destaque-se que o Ceará cresceu a uma taxa anual de 6,1% contra 5,6% registrado na Bahia.

Quanto à geração de emprego formal na indústria, os dois estados reproduzem a taxa de crescimento do Nordeste. Tanto o Ceará quanto a Bahia, de 1990 a 1993, apresentaram crescimento negativo. No ano de 1994, o Ceará apresenta taxa de crescimento de 20,25% e a Bahia de 10,90%. O primeiro volta a apresentar crescimento negativo no ano de 1995, e o segundo, no ano de 1996.

Desde então, o Ceará apresentou taxa de crescimento positivo no número de emprego formal industrial, e, somente no ano de 2002, houve taxa de crescimento negativa (-2,91%). O estado da Bahia apresentou taxas positivas de crescimento a partir do ano de 1999. No entanto, cabe destacar que, na Bahia, a taxa de crescimento anual de postos de trabalho industrial foi negativa em toda a década de 1990 (-1,8%). O Ceará, no mesmo período, apresentou taxa de crescimento de 2,2% ao ano.

Gráfico 5 - Taxa de Crescimento do Emprego Formal no Ceará e Bahia - 1990-2008

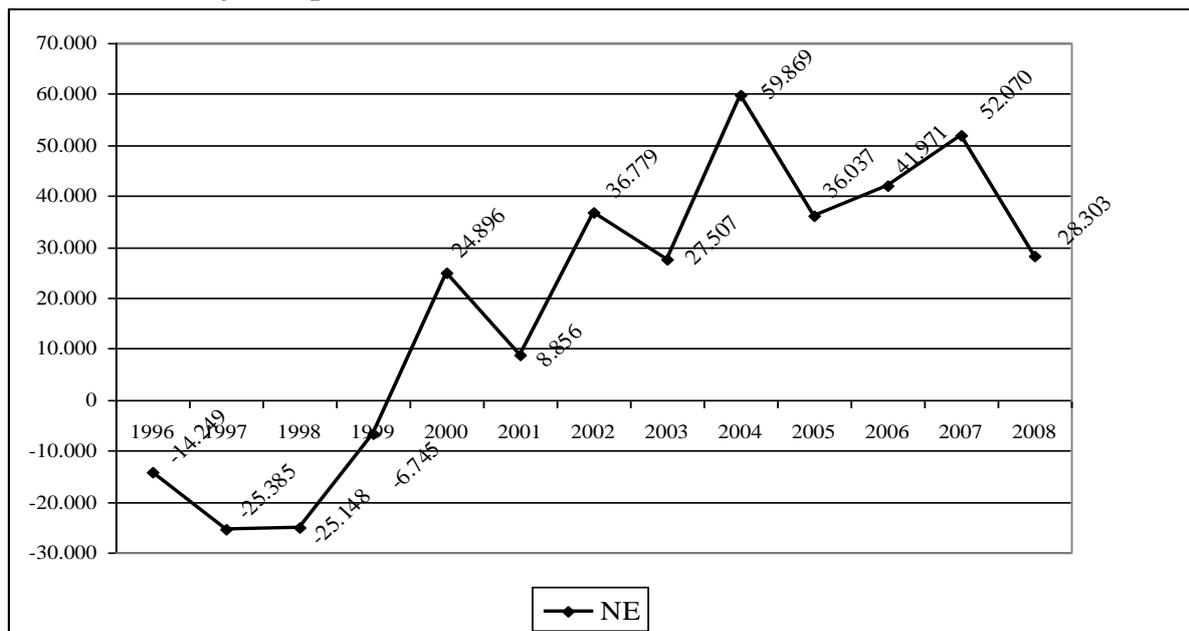


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

A partir do ano 2000, a taxa de crescimento no emprego formal industrial baiano foi superior ao cearense em todos os anos posteriores. Porém, ambos os estados mostraram crescimento positivo, embora modesto em alguns anos. Registrou-se, nesse período, crescimento anual de 8,2% para a Bahia e 5,5% para o Ceará.

Os dados do CAGED/MTE permitem fazer um melhor retrato do emprego formal industrial, captando-se, sobretudo, as transformações ocorridas no mercado de trabalho. A partir dos dados do gráfico 6, constata-se que, no Nordeste, houve saldo de vagas positivo no emprego formal industrial em todos os anos posteriores a 1999, não se repetindo a dinâmica dos anos pretéritos.

Gráfico 6 - Criação Líquida de Postos de Trabalho no Nordeste - 1990-2008

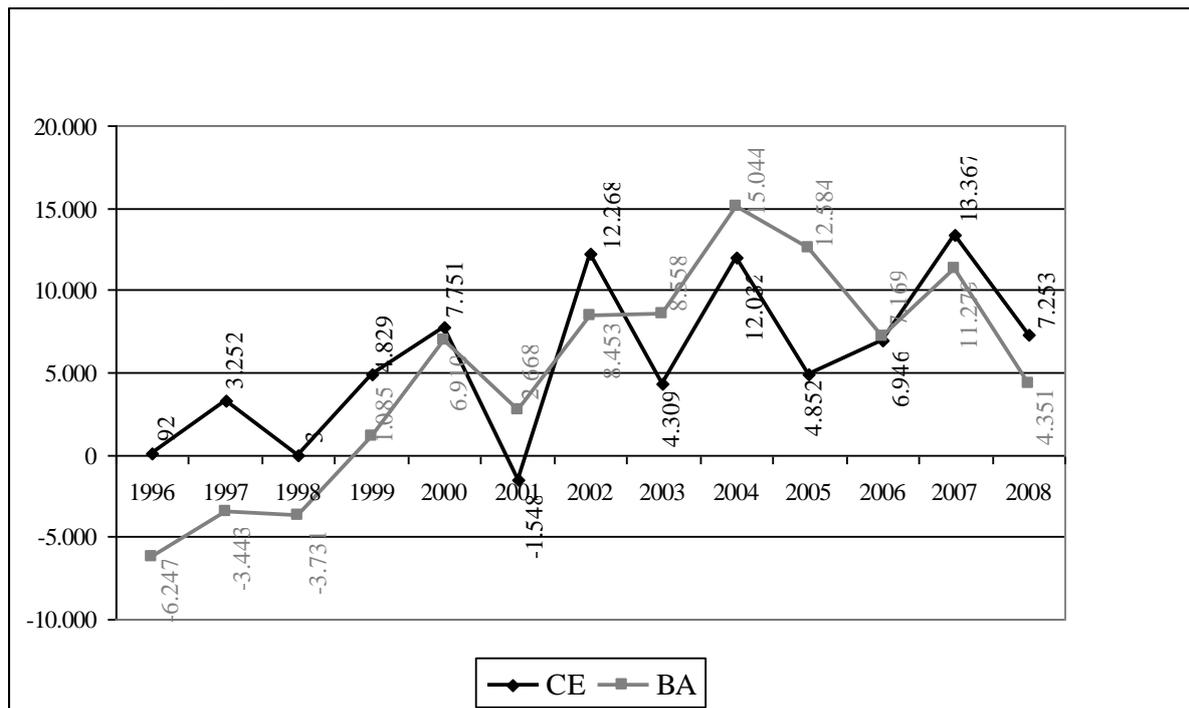


Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do CAGED/MTE

Observe-se que, de 1996 até 1999, o saldo de vagas da região foi negativo, ou seja, o número de trabalhadores admitidos foi inferior ao número de desligados. A partir do ano 2000, o mercado de trabalho começou a recuperar-se. Notadamente a partir de 2003, com a recuperação econômica vivenciada na economia brasileira (DEDECCA E ROSANDISKI, 2006), é possível observar trajetória ascendente no saldo de vagas no Nordeste. Nesse contexto, cabe destacar que a região ainda criou 244.761 novos postos celetistas na indústria no período de 1996 a 2008.

Nos estados do Ceará e da Bahia, observam-se algumas diferenças no mercado de trabalho. No primeiro estado, o saldo de vagas mostrou-se positivo em todos os anos da década de 1990, aqui captados, enquanto, no estado da Bahia, a dinâmica foi totalmente contrária. Somente no ano de 1999, o estado baiano apresentou saldo positivo de vagas no setor industrial.

Gráfico 7 - Criação de Postos de Trabalho na Indústria - Ceará e Bahia - 1990-2008



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do CAGED/MTE

Cabe acrescentar, entretanto, que o estado da Bahia permaneceu, durante todos os anos, a partir de 2000, com saldo de vagas positivo, enquanto no Ceará, em 2002, foram queimados 1.548 postos de trabalho na indústria. No entanto, destaque-se que, em todo o período aqui observado, a Bahia apresentou saldo acumulado de 64.680 novos postos celetistas na indústria e o Ceará abriu 75.406 novas vagas (1996-2008).

Até aqui, apresentou-se a dinâmica do mercado de trabalho nordestino, cearense e baiano nos anos de 1990 até 2008, à luz da dinâmica macroeconômica vivenciada na economia nacional a partir do processo da implementação de algumas políticas de desenvolvimento regional e da abertura econômica dos anos de 1990. A seção seguinte aborda o perfil da indústria e do trabalhador industrial nos anos de 1990, 2000 e 2008. A partir desses dados, é possível construir um perfil para o mercado de trabalho industrial em âmbito regional e estadual.

4. Características da indústria e do emprego formal no Nordeste, Ceará e Bahia – 1990/2000/2008

Ao longo desses anos de políticas de industrialização para o Nordeste, não se conseguiu consolidar uma dinâmica industrial em setores intensivos em bens de consumo duráveis ou uma indústria capital/intensivo. O aumento no número de indústrias tem sido evidente em quase todos os setores, comparando-se um ano da análise com o anterior. Contudo, a participação de atividades com baixo valor agregado nos produtos e, notadamente, intensivas em força de trabalho, é predominante na ocupação industrial nordestina.

Os dados da tabela 1 apresentam o número de atividades produtivas da indústria de transformação no Nordeste, Ceará e Bahia. Observe-se que, nos anos de 1990, há uma forte predominância das unidades têxtil e de alimentos e bebidas, tanto em âmbito regional quanto estadual. O setor têxtil contribuía com 15,7% da ocupação industrial do Nordeste; 29,9% da cearense; e, 11,8% da baiana. A de alimentos e bebidas ocupava 25,1%; 19,6%; e, 22,5%, no Nordeste, Ceará e Bahia, respectivamente. Destaque-se, ainda, a participação considerável da indústria de madeira e mobiliário no ano de 1990.

Tabela 1 - Número de unidades produtivas da indústria de transformação: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990/2000/2008

Número de indústrias	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Extr mineral	428	67	151	786	127	232	1.194	137	397
Min não met	1.448	222	359	2.324	465	539	3.411	573	883
Ind metalurg	957	165	258	1.721	348	440	2.969	622	807
Ind mecânica	377	57	100	475	123	138	1.103	200	365
Elet e comun	253	40	50	192	30	47	376	69	115
Mat transp	144	25	37	307	65	75	488	94	152
Mad e mobil	2.052	297	612	2.427	494	634	2.979	597	855
Papel e graf	1.168	194	319	1.915	377	506	3.052	579	818
Bor fum cour	897	168	269	971	219	280	1.679	397	516
Ind química	998	172	295	1.827	321	517	2.574	470	797
Ind têxtil	2.637	984	468	5.153	1.851	973	8.154	2.984	1.392
Ind calçados	340	109	73	433	175	83	706	302	138
Alim e beb	4.217	646	891	8.954	1.391	2.138	11.685	1.935	2.817
Ser util pub	874	145	72	1.233	92	245	1.261	140	221
TOTAL	16.790	3.291	3.954	28.718	6.078	6.847	41.631	9.099	10.273

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2000, o destaque fica para as atividades têxteis e de alimentos e bebidas que aumentaram a participação absoluta e relativa no cenário analisado. No setor têxtil, 17,9%; 30,5%; e, 14,2%, para o Nordeste, Ceará e Bahia, respectivamente. Na indústria de alimentos e bebidas, a região aumentou a participação para 31,2%; o Ceará, para 22,9%, e a Bahia, 31,2% .

Em 2008, os mesmos setores apresentam predominância. Contudo, a têxtil aumenta em absoluto, mas perde participação percentual no estado da Bahia. Para o Nordeste e o Ceará, foi observada elevação tanto em valores absolutos quanto relativos. Por sua vez, a indústria de alimentos e bebidas, embora aumente em absoluto, reduz a participação relativa tanto no Nordeste quanto nos estados cearense e baiano, em detrimento do aumento da participação das demais.

De acordo com o anteriormente exposto, constatou-se uma acentuada formação do complexo industrial regional em atividades do setor tradicional da indústria de transformação. Ao se observar a tabela 2, não passa despercebido o percentual significativamente elevado de trabalhadores nos setores mais tradicionais da indústria. No ano de 1990, em âmbito regional, 38,6% da mão-de-obra formalmente empregada na indústria estava no tradicional setor de alimentos e bebidas; no Ceará, 24,6%; e, na Bahia, 18,5%. No primeiro estado, o líder no ranking de geração de empregos foi o setor têxtil, com 33,5%, e, no segundo, a indústria

química liderava na geração de postos de trabalho, impulsionada, sobretudo, pelo pólo petroquímico de Camaçari.

Tabela 2 - Percentual de trabalhadores por setor da indústria de transformação: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990/2000/2008⁸

Sub-Set	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Extr mineral	2,5	1,8	6,0	3,0	1,8	4,6	3,6	1,2	7,3
Min nao met	5,3	6,0	7,4	6,5	4,7	7,0	6,2	4,4	6,3
Ind metalurg	4,2	5,2	6,4	3,9	3,6	5,3	4,5	5,1	5,6
Ind mecânica	1,6	1,5	3,0	1,2	1,5	1,9	2,3	1,7	3,9
Elet e comun	1,6	1,3	1,3	1,2	0,9	0,9	1,1	1,0	1,8
Mat transp	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	1,1	1,6	1,3	3,5
Mad e mobil	3,3	3,2	5,9	3,5	3,2	4,1	2,7	2,9	3,3
Papel e graf	4,0	3,6	5,9	3,7	2,8	5,0	3,6	3,1	4,5
Bor fum cour	3,8	4,7	5,0	2,4	2,5	3,7	2,5	2,9	4,6
Ind química	8,0	5,0	21,2	7,0	4,0	14,8	6,4	5,1	10,6
Ind têxtil	16,0	33,5	8,0	18,1	31,7	10,6	15,5	27,9	9,2
Ind calçados	1,1	1,5	0,3	7,3	17,9	6,6	9,5	22,2	14,1
Alim e beb	38,6	24,6	18,5	32,7	20,2	22,1	33,6	18,2	18,0
Ser util pub	9,5	7,4	10,5	8,8	4,2	12,1	6,8	2,9	7,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2000, a tradicional indústria de alimentos e bebidas perde participação percentual no contexto regional e estadual, quando se refere ao Ceará. Entretanto, tal setor aumenta a participação percentual em geração de empregos no estado da Bahia, onde foi significativa a redução do percentual de trabalhadores na indústria química, que passou a responder por somente 14,8% dos postos de trabalho. No setor têxtil, aumenta a participação relativa no Nordeste e na Bahia, e no Ceará reduz levemente o percentual.

No ano de 2002, no contexto regional, 33,6% dos postos de trabalho industrial ficaram no setor de alimentos e bebidas. No Ceará, aproximadamente 70,0% da mão-de-obra industrial concentra-se na indústria têxtil, calçados e alimentos e bebidas. Por sua vez, o estado baiano não chegou a 45,0%, reduziu a participação relativa de trabalhadores na indústria química e quase dobrou a participação no setor de calçados, atividade intensiva em força de trabalho e em expansão no interior do estado. Acrescente-se que, no Ceará, a indústria calçadista tem grande representação nos municípios fora da região metropolitana. Segundo Silva Filho e Queiroz (2009), mais de 52,0% dos empregos formais do interior cearense estavam, em 2006, nesse setor de atividade. Ainda segundo os autores, isso pode ser resultado das alterações implementadas pelos FDIs, que procuravam atrair indústrias capazes de absorver grande quantidade de mão-de-obra no interior, dinamizando, notadamente, as

⁸ Os dados absolutos mostram que no ano de 1990, havia no Nordeste 685.791 trabalhadores formalmente empregados na indústria, sendo que a Bahia empregava 123.836 trabalhadores contra 104.455 empregados no Ceará. Em 2000 o Nordeste tinha um acumulado de 663.924, e a Bahia respondia por 126.836 e o Ceará por 152.789. Em 2008, a região Nordeste somou acumulado de 1.048.693; com, 224.140, para a Bahia e 224.660 para o Ceará.

maiores cidades do estado. Destaque-se, nesse caso, os municípios de Sobral, Juazeiro do Norte, Crato, Quixeramobim e Barbalha, dentre outros.

A tabela 3 aborda o tamanho do estabelecimento predominante no Nordeste e nos estados selecionados, segundo a capacidade de geração de empregos. A partir dos dados, observa-se que a grande indústria era predominante no Nordeste, visto que, em 1990, 53,8% dos trabalhadores industriais estavam no grande estabelecimento. Em comparação à região, no Ceará, 42,5% da força de trabalho industrial estava nesse tipo de estabelecimento, contra 38,0% no estado da Bahia. Nesse ano, predominava a grande indústria em geração de postos de trabalho.

Em 2000, com a influência dos novos modelos de organização industrial, pautados na desverticalização e na especialização produtiva, observam-se novas configurações nos postos de trabalho em algumas unidades aqui analisadas. Em âmbito regional, reduz-se para 37,1% a participação do grande estabelecimento em geração de empregos. No estado do Ceará, a redução percentual foi muito tímida, visto que 40,6% dos trabalhadores ainda estavam nesse tipo de estabelecimento. Esse fato pode ter sido causado, sobretudo, pela elevada participação relativa do setor calçadista que saiu de 1,5% em 1990 para 17,9% em 2000, e, por ser esse setor impulsionado por grandes unidades produtivas transferidas do Sul e Sudeste a partir dos incentivos fiscais oferecidos pelo estado. No estado da Bahia, observou-se, no ano 2000, uma redução da participação do grande estabelecimento em detrimento do médio.

Tabela 3 - Percentual de trabalhadores na indústria segundo o tamanho do estabelecimento: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990, 2000 e 2008

Tam. estabelecimento	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Micro (1 a 19)	9,8	12,8	12,8	17,1	16,3	20,7	16,2	16,5	17,8
Pequeno (20 a 99)	13,8	17,5	17,8	21,7	22,0	25,9	20,7	23,1	23,4
Médio (100 a 499)	22,6	27,3	31,4	24,1	21,1	31,7	21,5	21,3	28,3
Grande (acima de 499)	53,8	42,5	38,0	37,1	40,6	21,7	41,6	39,1	30,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2008, embora tenham sido observadas menores diferenças entre a participação relativa dos estabelecimentos micro, pequeno, médio e de grande porte, ainda há concentração de mão-de-obra em grandes unidades produtivas. Observe-se que, no Nordeste, 41,6% da força de trabalho industrial permanecia no grande estabelecimento, o que representa leve aumento quando comparado ao ano 2000, e redução um pouco mais acentuada em relação ao ano de 1990. No Ceará, a redução foi leve, mas somou-se ainda 39,1% dos trabalhadores industriais no grande estabelecimento no ano de 2008. Acrescente-se que, nesse estado, o ganho de participação percentual foi observado no pequeno estabelecimento (ver tabela 2). No estado da Bahia, aumenta a participação do grande estabelecimento para 30,4%, assim como do médio estabelecimento (28,3%).

No que diz respeito à análise do perfil do trabalhador, os dados referentes ao sexo revelam a forte concentração de mão-de-obra masculina nos postos de trabalho industriais. Segundo Dedecca (2009), a mão-de-obra feminina ainda encontra forte discriminação no tocante à sua inserção no mercado de trabalho, seja por questões de força física ou por necessidades de ausentar-se, dadas pelas exigências maternas, e,

em alguns casos, por se considerar que elas tenham habilidades inferiores, se comparadas aos homens. Contudo, em alguns setores da indústria de transformação a mão-de-obra é predominantemente feminina, a exemplo da indústria têxtil no Ceará (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2010). Em alguns casos, maior participação da mão-de-obra feminina deve se dar, sobretudo, pela necessidade delas ingressarem no mercado de trabalho, seja por questões financeiras –por elas serem chefes de famílias, dada a ausência paterna –, seja por questões culturais (LEONE, 2003).

Tabela 4 - Percentual de Trabalhadores na Indústria Segundo o Sexo: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990, 2000 e 2008

Sexo	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Masculino	78,0	63,8	81,8	74,2	60,6	74,4	75,5	62,4	72,9
Feminino	22,0	36,2	18,2	25,8	39,4	25,6	24,5	37,6	27,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/TEM

Diante do exposto, observa-se que no Nordeste, nos anos aqui analisados, a mão-de-obra masculina foi sempre superior a 70,0%. No Ceará, mais de 60,0% da força de trabalho industrial era do sexo masculino no mesmo período. No estado da Bahia, no ano de 1990, a indústria concentrava mais de 80,0% da mão-de-obra do sexo masculino. Em 2008, diante de aproximadamente duas décadas de modificações nas estruturas produtivas, ainda se concentravam mais de 70,0% da força de trabalho industrial baiana em trabalhadores do sexo masculino.

Os dados da tabela 5 apresentam a participação relativa da força de trabalho na indústria, segundo a faixa etária. A partir dos dados observados na tabela, cabe mencionar a redução da participação de jovens com até 17 anos na indústria, tanto em nível regional quanto estadual. No ano de 1990, 2,7% dos trabalhadores industriais do Nordeste estavam nessa faixa etária, número que se reduz significativamente para 0,3% em 2008. Acrescente-se que, tanto no Ceará quanto na Bahia, a participação relativa de mão-de-obra com a faixa etária citada foi de 0,3%, no último ano desta observação. Tal resultado pode ser reflexo da redução do emprego juvenil e do emprego jovem observada no Brasil nos últimos anos (QUADROS, 2004), o que se reflete no mercado de trabalho nordestino, cearense e baiano.

Tabela 5 - Percentual de trabalhadores na indústria segundo a faixa etária: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990, 2000 e 2008

Faixa Etária	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Até 17	2,7	1,2	0,9	0,8	0,7	0,5	0,3	0,3	0,3
18 A 24	22,7	25,8	17,6	23,4	27,4	21,0	21,3	25,0	20,5
25 A 29	19,3	23,2	18,8	19,1	21,1	17,5	21,8	23,1	23,1
30 A 39	29,6	28,6	36,2	31,2	31,9	30,8	29,9	29,9	29,0
40 A 49	15,9	14,0	18,0	18,2	13,8	22,4	18,0	15,7	17,8
50 A 64	8,0	6,0	7,2	7,0	4,8	7,5	8,4	5,8	9,1
65 ou mais	0,8	0,4	0,5	0,3	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2
Ignorado	1,0	0,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Os dados ainda revelam a participação relativa de trabalhadores com idade entre 18 e 24 anos, entre 22,7% e 23,4%, em âmbito regional. Tanto no estado do Ceará quanto no estado da Bahia, foi observado percentual da força de trabalho jovem inferior a 25,0% nos anos aqui captados. A maior participação relativa na indústria tende a ser a da força de trabalho entre 30 e 39 anos, a nível regional e estadual.

Para a faixa etária entre 40 e 49 anos, a RAIS/MTE registrou percentual considerável tanto no Nordeste quanto na análise desagregada para os estados do Ceará e da Bahia. Acrescente-se, porém, que, em 2008, menos de 1,0% da mão-de-obra industrial, tanto a nível regional quanto estadual, tinha mais de 65 anos. Por um lado, isso pode representar a ausência da tal trabalhador por motivo de aposentadorias ou pensões. Por outro, pode traduzir, tão somente, a seletividade por idade do emprego formal industrial no contexto observado.

Para a variável grau de instrução, os dados da tabela 6 revelam melhoria no nível de escolaridade dos trabalhadores industriais da região. Em 1990, 12,4% dos trabalhadores industriais nordestinos eram analfabetos; 3,5% no Ceará; e, 4,3% na Bahia. Em 2008, foram registrados percentuais de 3,8%, para o Nordeste; 0,7% para o Ceará; e, 0,6% para a Bahia. A participação de mão-de-obra com baixo nível de escolaridade pode ser traduzida, por um lado, pela melhoria no nível educacional da mão-de-obra da região, em função dos programas de alfabetização nos três níveis de governo, por outro, pode ser dado pela seletividade da indústria, visto que há grande oferta de mão-de-obra com maior qualificação no mercado disponível a trabalhar.

Tabela 6 - Percentual de trabalhadores na indústria segundo o grau de instrução: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990, 2000 e 2008

Grau de instrução	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Analfabeto	12,4	3,5	4,3	8,1	2,3	2,6	3,8	0,7	0,6
4.Ser incomp	23,7	23,5	17,1	15,4	11,4	13,0	11,9	4,3	4,9
4.Ser comp	14,7	16,6	16,8	10,2	9,6	9,6	6,3	4,1	4,6
8.Ser incomp	14,6	20,4	12,9	17,0	24,8	14,5	12,2	11,9	11,6
8.Ser comp	10,3	13,1	11,3	15,2	21,7	13,7	13,4	20,0	11,1
2.Gr incomp	6,0	6,4	7,7	8,8	10,2	9,3	9,9	12,0	11,0
2.Gr comp	12,1	11,6	21,3	19,4	16,6	28,9	35,7	41,4	47,1
Sup. Incomp	1,7	1,4	1,9	1,5	1,2	1,7	2,3	2,1	2,7
Sup. Comp	3,7	2,6	5,7	4,3	2,3	6,5	4,5	3,2	6,3
Mestrado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,1
Doutorado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ignorado	0,9	0,9	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Acrescente-se que houve redução do percentual de trabalhadores nos primeiros níveis educacionais e o aumento relativo da mão-de-obra com melhores níveis de escolaridade, fato observado em toda a área de abrangência desta pesquisa. No Nordeste, em 1990, somente 12,1% da mão-de-obra industrial tinha o 2º grau completo. No ano 2000, eleva-se para 19,4%, e, em 2008, foram registrados 35,7% da força de trabalho da indústria nordestina com o nível de escolaridade citado. Em âmbito estadual, o Ceará saiu de 11,6%, em 1990, para 41,4%, em 2008. A mesma tendência foi observada para o estado da Bahia. Cabe destacar, porém, que essa

unidade, em 1990, já contava com 21,3% da mão-de-obra industrial com 2º grau completo. Em 2008, foram registrados 47,1% de sua força de trabalho nesse nível de escolaridade.

Para a mão-de-obra industrial com ensino Superior Completo, houve melhoria, porém modesta. Em 1990, foram registrados 3,7% para o Nordeste; 2,6% para o Ceará; e, 5,7% para a Bahia. Em 2008, observaram-se percentuais de 4,5% para a região; 3,2% para o primeiro estado e 6,3% para o segundo. Assim, não se pode deixar de enfatizar a elevação do nível de escolaridade da mão-de-obra industrial no cenário dessa pesquisa, mesmo sabendo que isso não garante melhores condições de trabalho para a mão-de-obra industrial, visto que melhorar o nível de escolaridade garante, tão somente, a condição necessária para se fazer parte da força de trabalho “empregável”. E isso não garante necessariamente ter um emprego.

Pôde-se constatar elevada rotatividade da força de trabalho em todas as instâncias aqui observadas. No Nordeste, em 1990, 28,2% da força de trabalho industrial permanecia menos de 1 ano em seus postos de trabalho. No Ceará, a participação relativa de trabalhadores que deixavam seu empregos em menos de 1 ano foi de 29,7% - superior à observada na região (28,2%) e superior à do estado da Bahia (23,6%). No mesmo ano, foram registrados, 16,1% no Nordeste; 9,6% no Ceará; e, 19,0% na Bahia, dos trabalhadores que passavam mais de 10 anos em seus postos de trabalho na indústria. No ano 2000, foram registradas modificações significativas no que diz respeito à rotatividade da força de trabalho na indústria (ver tabela 7).

Tabela 7 - Percentual de Trabalhadores na Indústria Segundo a Faixa de Tempo Empregado: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990, 2000 e 2008

Fx de tempo emp	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Menos de 1 ano	28,2	29,7	23,6	35,8	35,5	33,9	35,8	33,7	31,6
De 1 a menos de 2	15,6	19,2	15,9	15,6	18,6	16,5	16,6	18,6	18,3
De 2 a menos de 5	25,4	28,6	25,3	22,5	26,5	21,3	23,6	24,6	24,8
De 5 a menos de 10	14,5	12,8	15,8	11,3	11,5	10,5	13,4	16,4	13,3
Mais de 10 anos	16,1	9,6	19,2	14,8	8,0	17,8	10,6	6,7	12,0
Ignorado	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2008, o desequilíbrio do mercado de trabalho brasileiro se mostrou, na região Nordeste, bastante intenso. Segundo os dados da RAIS/MTE, 52,4% no Nordeste; 52,3% no Ceará; e, 49,9% na Bahia, foram os percentuais de trabalhadores que deixaram seu postos de trabalho na indústria em menos de 2 anos. Por um lado, isso se configura num alto percentual de trabalhadores mudando de emprego num curto intervalo de tempo, o que significa, em muitos casos, a perda de capital humano dentro dessas unidades produtivas; por outro, é a consequência da desregulamentação do mercado de trabalho a partir dos anos de 1990, que contribuiu com a alta liberdade das empresas em contratar e demitir de acordo com suas necessidades (POCHMANN, 1999; DEDECCA, 2005).

Nesse sentido, tornou-se evidente a redução da participação relativa dos trabalhadores que ficavam mais de 10 anos em seus postos de trabalho: em 2008, somente 10,6% no Nordeste; 6,7%, no Ceará; e, 12,0% na Bahia. Destaque-se o menor

percentual observado no Ceará, e o percentual da Bahia acima do percentual do Nordeste.

Quanto à remuneração do trabalhador formal na indústria, os dados da tabela 8 apresentam redução significativa da participação relativa dos que auferiam nas faixas de rendimento mais altas, e aumento significativo da participação percentual dos que auferiam nas faixas mais baixas de rendimento. Nos três anos aqui captados (1990/2000/2008), elevou-se o percentual de trabalhadores industriais que recebiam rendimentos em até 1 SM tanto em nível regional quanto estadual.

A mesma dinâmica foi observada para o percentual de mão-de-obra que auferia remuneração entre 1 e 2 SM: no ano de 1990, 42,8% no Nordeste; 57,3% no Ceará; e, 27,2% no estado da Bahia. Cabe destacar a situação privilegiada do trabalhador baiano nesse ano, em relação à análise regional e em relação ao trabalhador cearense, dado, sobretudo, pelos percentuais relativos comparativamente mais elevados de trabalhadores nas melhores faixas de remuneração.

Tabela 8 - Percentual de trabalhadores na indústria segundo a faixa de remuneração: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990, 2000 e 2008

Fx. remuneração	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Até 1 SM	7,7	9,1	5,9	9,5	6,8	7,4	9,1	10,8	7,6
Mais de 1 a 2 SM	42,8	57,3	27,2	46,5	66,9	42,4	64,8	75,4	54,1
Mais de 2 a 4 SM	22,1	17,6	19,0	20,9	15,0	18,5	14,3	7,8	16,8
Mais de 4 a 7 SM	9,8	6,7	13,4	9,0	5,0	11,3	5,0	2,8	8,8
Mais de 7 a 15 SM	9,4	5,8	19,7	6,8	3,8	11,7	3,7	1,9	6,7
Mais de 15 SM	5,2	2,3	12,5	4,1	1,9	8,2	2,2	0,7	4,7
Ignorado	3,1	1,2	2,3	3,1	0,5	0,6	1,0	0,6	1,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

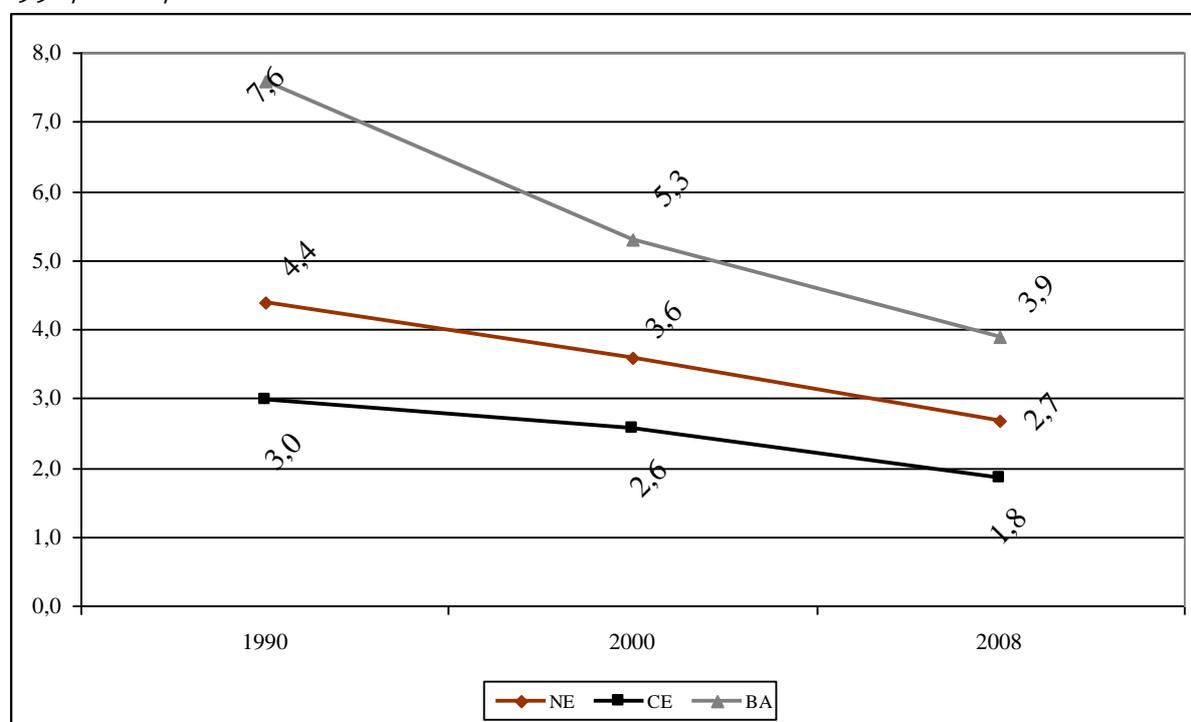
No ano 2000, eleva-se o percentual dos que ganham nas faixas mais baixas de remuneração e se reduz o percentual daqueles que auferiam rendimentos nas faixas mais elevadas. Em 2008, eleva-se para 64,8% no Nordeste; 75,4% no Ceará; 54,1% na Bahia, a participação relativa de mão-de-obra com remuneração entre 1 e 2 SM. Acrescente-se que em 2008houve uma redução no percentual dos que auferiam remuneração nas faixas mais elevadas, visto que somente 2,2% no Nordeste; 0,7% no Ceará; e 4,7% na Bahia, recebiam acima de 15 SM. Destaque-se que, para esta faixa de remuneração, o estado baiano apresentou percentual mais elevado do que o regional e do que o estadual, tendo o Ceará se configurado com percentual inferior ao de sua região.

Contudo, mesmo o estado da Bahia apresentando-se em melhor posição que a região e o que o estado do Ceará, cabe destacar que é significativamente elevado o percentual de trabalhadores recebendo nas faixas de remuneração mais baixas em toda a área pesquisada, inclusive na Bahia. Isso contribui com a precária condição de vida da mão-de-obra, uma vez que melhores níveis de escolaridade são necessários, mas não suficiente para lhes garantir melhores posições na vida em sociedade, e que a ausência de políticas trabalhistas no Brasil tem colaborado com a liberdade das empresas no modelo neoliberal.

No gráfico 8, é possível observar a redução da média salarial dos trabalhadores ao longo dos anos. O estado da Bahia, em 1990, apresentava a melhor média salarial,

sendo essa de 7,6 SM, superior à média regional que foi de 4,4 SM e à cearense, de 3,0 SM. Acrescenta-se que tanto em nível regional quanto estadual, foi registrada redução na média salarial no ano de 2000 (ver gráfico 8).

Gráfico 8 - Remuneração Média em Salários Nominais: Nordeste, Ceará e Bahia - 1990/2000/2008



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Em 2008, embora a média salarial do trabalhador formal da indústria baiana continuasse a maior, cabe acrescentar que esta foi de somente 3,9 SM. A média do Nordeste foi de 2,7 SM e a do Ceará reduziu significativamente para 1,8 SM. Nesse contexto, cabe sugerir que houve precarização do emprego formal industrial em toda a área aqui estudada com significativa redução da média do salário industrial tanto no Nordeste quanto nas suas duas unidades comparadas. Some-se a esse fato a desestruturação observada em variáveis anteriormente abordadas, a exemplo da rotatividade, escolaridade, dentre outras.

Em complemento ao gráfico 8, a tabela 9 apresenta o salário médio segundo o nível de escolaridade. A partir dos dados, observa-se que a menor variação ocorreu para a mão-de-obra industrial analfabeta. Porém, essa categoria já tinha média salarial muito baixa em 1990. Nesse ano, a diferença na média salarial era acentuadamente elevada entre os trabalhadores com menor grau de instrução e aqueles com melhor nível de escolaridade. Enquanto um analfabeto recebia, em média, 1,7 SM, um trabalhador industrial com ensino Superior auferia remuneração salarial média de 21,6 SM na região Nordeste. Cabe acrescentar que essa disparidade era menor no Ceará e mais acentuada no estado da Bahia.

No ano 2000, reduz a remuneração média no cenário observado. Destaque-se que, no Ceará, houve aumento da remuneração média do trabalhador industrial com ensino superior completo para 16,3 SM, em relação ao ano de 1990. No Nordeste, a redução foi para 18,0 SM e, na Bahia, foi para 23,4, configurando-se ainda a maior remuneração média para a mão-de-obra com esse nível de escolaridade. Para a mão-

de-obra analfabeta, a remuneração média elevou-se para 2,0 SM na Bahia. Destaque-se que os trabalhadores com os demais níveis de escolaridade vêm perdendo remuneração média ao longo dos anos aqui captados.

No ano 2008, a redução no salário médio do trabalhador industrial persiste tanto no Nordeste quanto nos estados cearense e baiano. Observe-se que, para a força de trabalho com até o 2º grau incompleto, os rendimentos médios, sequer, chegaram a 2,0 SM, com exceção do estado da Bahia no tocante à força de trabalho com 1º grau completo. Para aqueles com 2º grau completo, os dados revelam maior remuneração no estado da Bahia (3,9 SM). Destaque-se, ainda, que, para a força de trabalho com doutorado, a remuneração em salários médios foi acentuadamente inferior àquela auferida por um funcionário com nível superior completo em 2000, e levemente superior àquela recebida por um trabalhador com 2º grau completo em 1990.

Tabela 9 - Remuneração média em salários nominais, segundo grau de instrução: Nordeste, Ceará e Bahia – 1990/2000/2008

Grau de Instrução	Salário Mínimo Médio								
	1990			2000			2008		
	NE	CE	BA	NE	CE	BA	NE	CE	BA
Analfabeto	1,7	1,5	1,9	1,7	1,3	2,0	1,3	1,2	1,3
4.Serie incompleta	2,3	1,8	2,6	2,0	1,7	2,0	1,6	1,4	1,8
4.Serie completa	3,2	2,1	4,4	2,2	1,7	2,5	1,7	1,4	1,8
8.Serie incompleta	3,1	2,1	4,6	2,1	1,7	2,4	1,6	1,4	1,7
8.Serie completa	4,5	3,1	7,1	2,6	1,9	3,0	1,7	1,3	2,1
2.Grau incompleto	5,4	3,0	8,5	2,6	2,1	3,0	1,7	1,4	1,8
2.Grau completo	7,9	5,2	11,1	5,2	3,8	6,8	2,9	1,8	3,9
Superior incompleto	11,4	8,3	14,7	9,6	8,0	11,8	5,3	4,0	6,9
Superior completo	21,6	15,2	28,4	18,0	16,3	23,4	13,0	8,8	16,7
Mestrado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,1	9,5	19,1
Doutorado	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	13,2	14,8	13,0
Ignorado	1,2	0,9	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	4,4	3,0	7,6	3,6	2,6	5,3	2,7	1,8	3,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da RAIS/MTE

Diante do exposto, pode-se constatar perda na média salarial da força de trabalho industrial no Nordeste e mais acentuada para o Ceará do que para a Bahia, ao longo dos anos. Isso revela a desestruturação do mercado de trabalho investigado quando se adicionam os resultados obtidos em outras variáveis, como rotatividade, por exemplo. Cabe destacar, no entanto, que, para uma análise mais acentuada, faltaram dados referentes a acidentes de trabalho, por exemplo, ou sobre as condições de trabalho dessa mão-de-obra empregada, no ambiente de trabalho, que não é captada pela RAIS. Contudo, tornam-se suficientes os dados aqui captados para inferir a precarização do mercado de trabalho industrial nordestino e dos estados pesquisados.

Considerações finais

O artigo teve como objetivo fazer um estudo da estruturação industrial do Nordeste e os reflexos nos estados do Ceará e da Bahia, elencando o emprego formal

industrial. Nesse estudo, puderam-se observar diferenças ocupacionais nesse setor, embora haja uma aproximação a partir do ano 2000. No que diz respeito ao mercado de trabalho, ocorreu desestruturação na região e nos estados, que foi uma tendência nacional observada a partir dos anos de 1990.

No tocante à produção industrial, os dados mostram dinâmica semelhante em âmbito regional e estadual, sobretudo, pelo fato de os dois estados aqui estudados terem a maior participação relativa na produção industrial do Nordeste. Nesse contexto, observou-se oscilação na taxa de crescimento do PIB industrial da região, que se reflete nos estados analisados.

No que se refere à ocupação industrial do Nordeste, observou-se certa migração de indústrias para a região, sobretudo no ano de 1995, tendo a taxa de crescimento da ocupação industrial da região chegado a 20,6% nesse ano. Essa elevada taxa de crescimento no período pós-Real implica a necessidade de (re) localização espacial da indústria, motivada pelo processo de abertura econômica e pela necessidade da reestruturação como forma de ganhar competição no mercado mundial.

Nesse contexto, também foi constatada uma desestruturação do mercado de trabalho industrial nordestino, que afetou os estados aqui comparados. A dinâmica do mercado de trabalho na região pode ser traduzida pelo aumento do emprego industrial em setores tradicionais, tais como alimentos e bebidas, têxteis e calçados. Em âmbito estadual, constatou-se forte elevação da participação relativa de trabalhadores na indústria de calçados no Ceará e da Bahia. Contudo, observou-se, nesse último estado, a redução da participação relativa da indústria química na geração de postos de trabalho no estado.

No que concerne ao perfil do trabalhador, observou-se forte concentração de mão-de-obra masculina em âmbito regional e estadual, como também a força de trabalho industrial predominantemente entre a faixa etária de 30 e 39 anos nos dois estados e no Nordeste no ano de 2008. Acrescente-se ao exposto uma melhora significativa no nível de escolaridade da força de trabalho industrial, porém com forte concentração de mão-de-obra industrial com o 2º grau completo, tanto no Ceará quanto na Bahia, e em todo o Nordeste. Destacou-se, ainda, a pequena participação relativa da força de trabalho com curso Superior.

Também foi observado que a melhora no nível de escolaridade não obteve resposta no tocante à redução da rotatividade da mão-de-obra. Nessa variável, observou-se elevada rotatividade tanto em nível de estado quanto de região, sendo que, na área pesquisada, mais de 30,0% dos trabalhadores indústrias deixavam seu postos de trabalho em menos de 1 ano. Acrescente-se, no entanto, que foi constatado percentual significativamente elevado de mão-de-obra recebendo rendimentos nas faixas mais baixas, e redução significativa, ao longo dos anos, dos que recebiam rendimento nas melhores faixas de remuneração.

Cabe ainda acrescentar que houve redução na média salarial da mão-de-obra industrial aqui pesquisada. Essa redução foi mais acentuada para o trabalhador industrial cearense, com média salarial abaixo da média regional e bem inferior à média salarial baiana, o que reflete os empregos precários criados na indústria deste estado, sobretudo, no setor têxtil e calçadista.

Em suma, os dados aqui apresentados sugerem a necessidade de políticas de industrialização para o Nordeste que visem à distribuição do produto com mais equidade entre empregador e empregado. E que, nesse setor de atividade, possam se construir relações mais duradouras no emprego formal industrial, com o objetivo de

que a força de trabalho possa construir carreira dentro das empresas e que não seja, apenas, um fator de produção ao ajuste da sazonalidade do mercado. Nesse caso, sugere-se que os órgãos de defesa do trabalhador possam participar mais ativamente das relações de trabalho e com isso possa proteger a mão-de-obra que sofre com a desregulamentação brutal do mercado de trabalho, vivenciada a partir dos anos de 1990, e da forte expansão dos modelos de crescimento neoliberal.

Referências

- ALMEIDA, José Elesbão de; ARAÚJO, José Bezerra de. Um Modelo Exaurido: A Experiência da SUDENE. **Revista Teoria e Evidencia Econômica**. Passo Fundo v. 12 n. 23 p. 97-128 novembro 2004
- ARRAIS, Ana Keila de Moura ; QUEIROZ, Silvana Nunes de ; C.L.B.Alves. Emprego industrial formal: análise das regiões Nordeste e Sudeste nos anos de 1994 e 2004. In: **VI Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos-ABER**. Aracaju, 2008.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Nordeste, Nordestes. Que Nordeste? **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Fase, 2000.
- BARBOSA, Jarbas de Almeida. Notas sobre a evolução do emprego formal em Feira de Santana – Bahia. In: **Anais do V Encontro de Economia Baiana**. Salvador, 2009.
- BARROS, José Roberto Mendonça de. GALVÃO, Antônio Carlos. A política de industrialização do Nordeste em face da Crise Econômica Brasileira. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V.33.n. Especial, Julho de 2002.
- CANO, Wilson. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. - São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CARDOSO, Eliane. **A inflação no Brasil. PAEG e REAL: dois planos que mudaram a economia brasileira** / organizador Alkimar R moura. – Rio de Janeiro: editora FGV, 2007.
- CASSIOLATTO, José Eduardo; BRITTO, Jorge. Políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro: uma breve análise da experiência recente. In: **ANAIS do Seminário sobre “Camino a la competitividad: El nivel meso y microeconómico”** Santiago de Chile, 15 de marzo de 2001.
- DEDECCA, Cláudio Salvadori. **Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado**. 2ª Ed – Campinas, SP: Unicamp, IE, 2005.
- _____; ROSANDISKI, Eliane Navaro. Recuperação econômica e geração de empregos formais. **Revista Parcerias Estratégicas** – Número 22- Junho 2006.

_____. **Regime de Trabalho**, uso de Tempo e Desigualdade entre Homens e Mulheres. In: [http:// www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf](http://www.fcc.org.br/seminario/DEDECCA.pdf).

DINIZ, Clélio Campolina; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. **A Industrialização Nordestina recente e suas perspectivas** – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

KON, Anita; COAN, Durval Colegari. Transformações da Indústria Têxtil brasileira: A transição para a modernização. **Revista Economia Mackenzie**. Ano, 3. n° 3. P. 11-34. 2004.

LAGO, Luiz Aranha Correa do. A Retomada do Crescimento e a distorções do “Milagre” – **A Ordem do Progresso** – Cem anos de Política Econômica Republicana 1889 – 1989 – Editora Campus 1990.

LEONE, Eugênia Troncoso. O trabalho da mulher em Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90.** (org) Marcelo Weishaupt Proni e Wilnês Henrique. – São Paulo: editora UNESP, Campinas, São Paulo: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **O endividamento dos governos estaduais nos anos 90.** Texto para discussão n° 94. IE/UNICAMP, Março, 2000.

MENEZES, Adriano Saquis B de; CARVALHO, Eveline Barbosa S. Dimensões do desenvolvimento: teoria e pratica no Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30 N 2 abril- junho. 1999.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século** – São Paulo: contexto, 1999.

PONTES, Paulo Araújo. Vianna, PEDRO Jorge Ramos; HOLANDA, Marcos Costa. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Estado do Ceará: uma análise do período de 1995 a 2005.** Fortaleza, Dezembro, 2006.

QUADROS, Valdir José de. **Perfil Social do Desemprego Recente.** Texto para discussão n° 156, fev. 2009. IE/UNICAMP.

SANTOS, Valério Gomes dos. GARCIA, Odair Lopes. **Evolução do emprego formal na indústria nos anos 90: avaliação do nordeste e do RN.** In mailto:falnatal.com.br:8080/revista_nova/a6_v1/artigo_5.pdf acesso em novembro de 2009.

SOUZA, Hermínio Ramos de. Agricultura e política agrícola no Nordeste: do GTDN à liberalização comercial. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, V. 28, N 4, p.499 – 518, out/dez 1997.

SILVA FILHO, Luís Abel; QUEIROZ, Silvana Nunes de. A Trajetória da Indústria e do Emprego Formal no Ceará 1996/2006. in **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho.** ABET, Campinas – SP, 2009.

_____. Políticas de concentração ou desconcentração industrial no território cearense? **Revista de Administração Pública e Gestão Social APGS**, Viçosa, v1., nº4, PP. 1-22, out/dez. 2009.

_____. Indústria Têxtil: Avaliação Empírica do emprego forma em Santa Catarina vis-à-vis o Ceará – 1998/2008. In: **Anais do IV Encontro de Economia Catarinense**. Criciúma – SC: 29 a 30 de Abril de 2010.

_____. PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga de. Considerações sobre as exportações de calçados do Ceará (de 2001 a 2007). In: **Anais do XII Encontro latino-americano de iniciação científica**. Universidade do Vale do Paraíba, dez. 2008.